



183

ANALFABETISMO NO BRASIL

Ano Internacional da Alfabetização

São Paulo, janeiro de 1990

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Programa Educação e Escolarização Popular

1.

ma da taxa de expansão demográfica, que vem decrescendo, devendo chegar neste ano a 2,07%.

De acordo com Lenildo Fernandes Silva, diretor de pesquisa do IBGE e responsável pela PNAD, o grande fato da década, até agora, é o que denomina de "transição demográfica". Segundo Fernandes, salimos de um padrão de taxa média de crescimento populacional/ano de 3%, para uma média de 2,2%, com perspectiva de se alcançar 1,9% no próximo ano. Tal fato decorre da redução da taxa de fecundidade (número de filhos por mulher), que na década de 70 era de 5,76; em 80 chegou a 4,35; entre 80 e 85 a 3,81; e a expectativa para 85/90, é de 3,46. Em grande parte, essa queda da fecundidade feminina é fruto da entrada da mulher no mercado de trabalho e da descoberta de novos métodos para evitar a concepção.

Um outro aspecto dos indicadores sociais ressaltado pelo diretor de pesquisa do IBGE diz respeito à redução da taxa de mortalidade infantil no País, de 67,88 por mil crianças entre 1970 e 1980 para 63,22 por mil crianças no quinquênio 1985/90. Uma projeção do IBGE indica uma taxa de mortalidade infantil de 59,65 por mil crianças, no ano 2000. Também aumentou a expectativa de vida do brasileiro, que até a década de 70, era, na média, de 52,67 anos. Em 1980, essa taxa alcança 60,08 anos e no quinquênio 1985/90 chega a 64,88 anos, ainda bastante baixa em relação à

esperança de vida nos países desenvolvidos, na média de 75 anos. Somente em 2023, conforme prevê o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro chegará próximo à dos países desenvolvidos, de 69,25 anos para os homens e 75,20 anos para as mulheres, com uma taxa média para ambos os sexos de 72,08 anos.

Fernandes e Mueller destacam que ao longo da década de 80 os indicadores de desenvolvimento social tiveram um ritmo "suave" de crescimento. Na análise desses especialistas, o Brasil permanece uma sociedade atrasada, onde continuam aprofundando-se as desigualdades regionais. A paralisia dos indicadores econômicos atinge principalmente o Nordeste, onde cerca de 60% da população ocupada não tem remuneração ou recebe até um piso salarial. Essa proporção é de 35% no Sudeste. A maioria das famílias nordestinas (58,4%) não tem rendimento ou recebe até dois pisos salariais, comparados aos 24% das famílias nesta faixa de renda no Sudeste.

Outros números da PNAD acentuam tal disparidade regional: no Nordeste, apenas 48,4% dos domicílios recebe água encanada e 50,5% têm filtro. Apenas 35% têm lixo coletado e 38%, geladeira. Iluminação elétrica existe em 67% dos domicílios, comparados aos 85% no Sudeste.

Este é cenário retratado pela PNAD, fruto do fracasso das políticas regionais tentadas por diferentes governos e que se torna, agora, às vésperas da eleição presidencial, fonte de análise e reflexão para os que vierem a decidir o futuro do País. É o comentário de Charles Curt Mueller.

A massa de trabalhadores brasileiros, da ordem de 60 milhões, concentra-se em Mais de 50% na faixa de renda até dois salários mínimos. Essa situação não se alterou na Nova República, que manteve o nível de rendimento do trabalho com perfil concentrador de renda, conforme mostra a tabela.

Em 1981, 1,5% da população ocupada recebia mais de vinte salários mínimos, pulando para 2,2% em 1988, um aumento de apenas 0,7 ponto percentual em oito anos. As mulheres receberam os salários mais baixos no período avaliado, concentrando-se 62,6% da mão-de-obra feminina na faixa até dois pisos salariais em 1988, comparados a 61,8% em 1981.

Durante a década de 80, a taxa de emprego era de 53,4% para as pessoas de 10 anos para cima, subindo para 57,1% em 1987 e caindo para 56,8% em 1988. Os homens continuavam concentrando a maior falta de

Características	Distribuição da população residente (%)						
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Características	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo							
Masculino	71,3	71,9	72,4	72,6	72,8	73,2	73,6
Feminino	28,7	28,1	27,6	27,4	27,2	26,8	26,4
Idade							
0 a 14 anos	41,4	41,0	41,6	41,6	41,2	41,1	41,1
15 a 64 anos	50,4	50,4	50,4	50,4	50,8	50,9	50,9
65 anos ou mais	8,2	8,6	8,0	8,0	8,0	7,9	7,9
Escolaridade por grupos de idade							
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14 anos	43,5	44,9	44,3	43,9	43,5	43,1	42,8
15 a 24 anos	33,8	33,4	34,0	34,3	34,4	34,5	34,4
25 a 64 anos	13,3	13,4	13,4	13,6	13,6	13,8	13,6
65 anos ou mais	6,3	6,3	8,4	6,4	8,5	6,6	6,8
Escolaridade por grupos de idade							
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14 anos	43,8	43,1	42,3	41,9	41,7	41,3	40,9
15 a 24 anos	33,9	34,3	34,6	35,1	34,9	35,3	35,3
25 a 64 anos	13,6	13,9	13,8	13,9	13,9	13,8	13,9
65 anos ou mais	6,7	6,8	7,3	7,1	7,5	7,5	7,7

NOTA: Este é o primeiro de uma série de 10 páginas de 10 páginas.

(1) Inclusive or exclusive range like do ignore it

INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES — 1981 A 1988							
Brasil							
Especificação	Indicadores de famílias residentes em domicílios particulares						
	1981	1982	1984	1985	1986	1987	1988
Número médio de pessoas por família.....	4,3	4,3	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0
Proporção de famílias por número de componentes ocupados (1)							
1 pessoa.....	47,1	46,1	46,5	45,2	44,8	44,2	43,8
2 pessoas.....	24,9	26,2	26,0	27,1	27,7	28,3	28,6
3 pessoas ou mais.....	17,0	16,2	13,9	17,0	17,2	16,9	16,7
Distribuição das famílias por número de componentes (1)							
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 e 2 pessoas.....	22,6	23,7	24,8	24,6	24,3	24,9	25,0
3 pessoas.....	19,4	19,7	19,9	20,0	20,1	20,4	20,8
4 pessoas.....	19,1	19,6	19,6	20,1	20,5	20,7	21,0
5 e 6 pessoas.....	26,2	22,1	22,9	22,0	22,2	22,0	21,0
7 pessoas ou mais.....	15,7	12,9	12,8	12,3	11,9	11,0	10,3
Distribuição das famílias por sexo do chefe							
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens.....	83,1	82,6	81,6	81,8	81,1	80,9	80,1
Mulheres.....	16,9	17,4	18,4	18,2	18,9	19,1	19,9

FONTE — IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

(1) Exclui-se pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE — 1981/1988							
Brasil							
Especificação	Indicadores de condição de atividade para as pessoas de 10 anos ou mais de idade						
	1981	1982	1984	1985	1986	1987	1988
Taxa de atividade							
Total.....	53,4	54,8	54,6	56,1	55,8	57,1	58,8
Homens.....	74,6	74,8	74,6	76,0	75,7	76,6	75,9
Mulheres.....	32,9	33,6	35,6	36,9	36,8	38,6	38,7
Taxa de desocupação							
Total.....	4,3	4,9	4,3	3,4	2,4	3,6	3,8
Homens.....	4,8	4,9	4,1	3,3	2,9	0,4	2,6
Mulheres.....	4,4	4,8	4,5	3,8	2,7	4,0	4,3
Pessoas economicamente ativas.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens.....	68,7	67,0	66,9	64,8	64,2	65,3	64,9
Mulheres.....	31,3	33,0	33,1	35,2	35,8	34,7	35,1

FONTE — IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

Taxa de atividade — Porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de desocupação (ou de desemprego aberto) — Porcentagem das pessoas procurando trabalho em relação às pessoas economicamente ativas.

INDICADORES DE EDUCAÇÃO — 1981/1988							
Brasil							
Especificação	Indicadores de educação						
	1981	1982	1984	1985	1986	1987	1988
Taxa de analfabetismo na população de 10 anos ou mais de idade.....	22,3	21,3	20,8	20,2	19,5	19,3	18,5
Estudantes de 5 anos ou mais de idade por situação.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana.....	78,7	77,8	78,1	78,2	77,8	77,1	76,2
Rural.....	21,3	22,2	21,9	21,7	22,2	22,9	23,8
População de 10 anos ou mais de idade por instrução (1).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.....	22,1	22,0	21,5	20,8	20,0	19,7	19,0
1º grau incompleto (1 e 2 anos de estudo).....	52,6	52,1	52,7	52,5	52,3	52,1	52,0
Pelo menos 1º grau completo (3 anos de estudo ou mais).....	18,3	19,7	20,6	21,5	22,2	22,0	21,8

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração.

FONTE — IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

empregos no País — 74,6% em 1981 e 75,9% em 1988 —, mas as mulheres, nesse mesmo período, ampliaram bem sua participação no mercado de trabalho; saltando de 32,9% em 1981 para 38,7% no ano passado, como revela a tabela.

Em oito anos, a taxa de analfabetismo no País caiu de 22,3% para 18,5%. Mas o número de analfabetos ainda é grande, chegando a quase 20 milhões. Se somados aos com instrução de menos de um ano de estudo, que são 20,4 milhões, o número de semialfabetos e analfabetos chega a quase 40 milhões, numa po-

pulação de 141 milhões de habitantes. Apenas 25,6 milhões de brasileiros tem mais de 8 anos de estudo.

O número de pessoas por família no País declinou de 4,3 em 1981 para 4,0 em 1988. Em oito anos, cresceu o número de famílias com menor número de pessoas (até quatro), enquanto as de maior número (5, 6 e 7 pessoas ou mais) decresceram de 15,7 para 10,2%. Reduziu-se o número de famílias chefiadas por homens, de 83,1 para 80,1%, enquanto aumentou o de chefiadas por mulheres (16,9 para 19,9%).

A nível de salário médio mensal, a FICAP revelou que os brasileiros tiveram sua maior renda real durante o Plano Cruzado, em 1988, quando o salário mé-

dio real alcançou RCr\$ 1.417,00 (taxa de variação medida pelo INPC, a valores de setembro de 1977).

Encontro vai debater alfabetização

Representantes de grupos populares, órgãos públicos, empresas e centros de pesquisa vão fazer um diagnóstico da Educação, durante o Encontro Estadual de Alfabetização, marcado para sábado (25), das 9 às 18h, na EEPG Presidente Roosevelt, Rua São Joaquim, 320. Além do relato das experiências mais significativas feitas no setor, os participantes produzirão um documento contendo subsídios para o Encontro Brasileiro de Alfabetização, previsto para 1990. Também haverá discussões sobre a maneira de erradicar o analfabetismo em dez anos, a dimensão pedagógica, social e política da alfabeti-

zação e o papel do poder público e das organizações não-governamentais no combate ao problema.

O encontro dará continuidade ao projeto do Grupo Estadual de Trabalhos de Alfabetização, de-

envolvido desde março, com o objetivo de conscientizar a opinião pública sobre a questão, de trocar experiências e de pressionar os poderes públicos para que assumam sua responsabilidade neste campo.

O Estado de S.Paulo/SP, 23/11/89, p.20

Canhe *crs 30,00*
INFORMANDO O NOME E ENDEREÇO
UM ANALFABETO, MAIOR DE 14 ANOS E
MENOR DE 50, RESIDENTE NESTA CIDADE.
MOBRAL ANDRADINI

Mobral foi utilizado para fins políticos

Criado em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi extinto em 1985, com o peso das acusações de ter sido apenas um instrumento de manipulação do governo autoritário. A Fundação Educar, criada sob os auspícios da Nova República, não conseguiu resultados mais expressivos que o órgão antecessor, embora apenas neste ano tenha consumido R\$ 210 milhões.

Em 1980, o Brasil continuava com uma das taxas mais altas de analfabetismo, que são lentamente superiores a alguns países africanos. Segundo estimativa da Unesco, órgão da ONU de apoio à educação, há 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos no País. Esse número é praticamente o mesmo de quatro anos atrás, quando a Fundação Educar começou a funcionar.

Se também não resolveu o problema do analfabetismo, a Fundação Educar, pelo menos, não foi alvo de críticas de fraude, como ocorreu com o Mobral. Em 1979, o então presidente do Mobral, Arlindo Lopes Correa, anunciou que a taxa de analfabetismo no Bra-

sil havia decolado para 11,1% da população. Um ano depois, o censo do IBGE se encarregaria de desmentir o "êxito do Mobral". O Brasil continuava com uma taxa de quase 20% de analfabetos.

A "mágica" que permitiu a Correa anunciar o quase fim do analfabetismo no Brasil foi a sistemática que o Mobral adotou para "alfabetizar" os brasileiros. O órgão pagava os monitores de acordo com o número de pessoas matriculadas em cada um dos núcleos de trabalho. Assim, mesmo aqueles que só compareciam a uma aula acabavam recebendo diploma de alfabetizado.

A Fundação Educar, que ao contrário do Mobral não funciona com recursos do Tesouro da União, mas sim com 2% de um imposto pago pelo empresário, tem uma filosofia diferente do órgão antecessor. "A Educar é uma entidade com ideologias políticas e voltada unicamente para o alfabetizado", afirma o coordenador de comunicação da Fundação, José Humberto. Segundo ele, a entidade se preocupa em dar "uma consciência crítica ao alfabetizado".

a de "caça no analfabeto": fracasso pedagógico

Unesco quer erradicar analfabetismo

Nova Iorque — O diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura), Federico Mayoz Zaragoza, inaugurou quarta-feira, na sede das Nações Unidas, o Ano Internacional da Alfabetização — 1990 com cifras otimistas, particularmente no que diz respeito aos resultados dos últimos anos de trabalho na América Latina.

A porcentagem de analfabetos na população adulta mundial caiu de 40 por cento, em 1960, para 25 por cento no final dos anos 80, apesar de ainda existirem 965 milhões de pessoas que não sabem ler ou escrever. "Nos últimos oito anos na América Latina, diminuiu não apenas a porcentagem dos analfabetos sobre a população total, como também seu número em cifras absolutas", precisou o diretor-geral da Unesco.

De acordo com as cifras do ano de 1985 divulgadas pela Unesco, nessa data 17 por cento dos latino-americanos adultos eram analfabetos, uma porcentagem consideravelmente mais baixa que os 36 por cento da Ásia, e 54 por cento da África, o continente mais atrasado do Terceiro Mundo.

USP alfabetiza os seus funcionários

As estatísticas oficiais que apontam para a existência de 20 milhões de adultos analfabetos no Brasil não podem mais considerar os 30 funcionários da Universidade de São Paulo (USP) que receberam ontem seu diploma. Para eles, mais que um pedaço de papel, foi conquistada a capacidade de ler livros e jornais, escrever cartas, conversar com as pessoas sem correr o risco de não ser entendido, fazer contas e sonhar com salários melhores. Numa iniciativa pioneira da universidade, a Faculdade de Educação da USP formou a primeira turma de um projeto de educação de adultos iniciado há três anos.

Os diplomados de ontem têm histórias parecidas. Todos eles começaram a trabalhar muito cedo — alguns antes de completar dez anos de idade. José Alves Ferreira, de 49 anos, nasceu em Itaguaí, no Interior da Bahia, e com nove anos foi para a lavoura. "Estive na escola poucos dias e logo com meu pai fui para a roça", conta ele, que há dois anos deixou a Bahia para ir morar em São Paulo com os oito filhos e a mulher num barraco da favela de São Reino, no próprio campus universitário. Desde que chegou, trabalha na Prefeitura da USP como servente de pedreiro, função que lhe garante um salário mensal de NCz\$ 1.800.

A mais velha dos formandos, Maria de Lourdes Tobias, de 59 anos, deixou o município de Mococa, no Interior Paulista,

há 17 anos. Logo que chegou a São Paulo, arrumou um emprego numa casa de bordados. Casou-se aos 18 anos, teve dez filhos (um deles o ex-ponta esquerda da Seleção Brasileira Hidelmi) e não havia tido a oportunidade de frequentar a escola até o início deste ano, quando soube de uma forma curiosa que a USP tinha um curso de alfabetização. Maria de Lourdes diz que, durante uma greve dos funcionários, percebeu a necessidade de estudar e, então, soube por uma amiga que havia o projeto. "Tínhamos dificuldade de entender certas coisas", revela.

O programa da Faculdade de Educação prevê aos seus participantes a continuidade dos estudos. A partir de março, eles poderão fazer o supletivo de 6ª e 8ª série na própria universidade. Para isso, terão de estudar, como no curso de alfabetização, duas horas por noite. A coordenadora desse trabalho, Stela Piconez, pretende ampliar o número de vagas no curso primário. Levantamentos preliminares mostram que há pelo menos mil analfabetos entre os 15 mil funcionários da USP.

A experiência do projeto deverá ser levada à comissão nacional que estuda soluções para o analfabetismo no Brasil. O professor Celso Betsel, diretor da Faculdade de Educação, é um dos membros desse grupo de trabalho. Segundo ele, o problema dos iletrados só será resolvido quando houver "vontade política" dos governantes.



A primeira turma de alfabetizados: conquista

Brasil quer trocar dívida por verbas para alfabetização

O Brasil vai propor, com a aprovação de todos os países latino-americanos, a conversão de parte da dívida externa em programas educacionais para o ensino básico, na Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, que acontecerá em março do ano que vem, na Tailândia. O evento será a abertura oficial do Ano Internacional da Alfabetização, marcado para 1990 pela Unesco. Cada continente levará propostas tiradas a partir de reuniões com representantes de seus países.

A proposta brasileira foi apresentada em Quito, Equador, há duas semanas, na reunião preparatória da América Latina para a conferência da Tailândia, e aprovada por unanimidade pelos demais representantes latinos. "Não há como erradicar o analfabetismo de outra maneira. Sem resolver o problema da dívida externa, a conferência acabará virando apenas um encontro de boas intenções", avalia um dos quatro delegados brasileiros em Quito, professor José Eustáquio Romão, vice-presidente da Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização, criada pelo Ministério da Educação, que reúne cerca de 25 entidades educacionais e é presidida pelo educador Paulo Freire.

Houve somente uma manifestação, extra-oficial, desfavorável à proposta brasileira, do representante do Banco Mundial no evento. "Ele estava muito irritado nos corredores", conta Romão. A contraproposta de se criar, com a verba destinada ao pagamento da dívida, um fundo que seria administrado pelo Banco Mundial e repassado aos programas de alfabetização de cada país, foi rejeitada pela delegação brasileira, já que o escoamento de recursos para fora do país continuaria acontecendo.

Romão acredita que a "simpatia" com que foi recebida pelos demais países do Terceiro Mundo a idéia de conversão de parte da dívida em programas para educação praticamente garantirá que a medida seja aprovada na conferência mundial. "Os países do Terceiro Mundo estarão em maioria no encontro e, sendo todos signatários, ganharemos força", afirma. A proposta deverá ser incluída na Declaração dos Direitos da Alfabetização, que será assinada na ocasião.

Não ficou estabelecido na proposta brasileira como será operacionalizado o emprego do dinheiro. O prioritário, acreditam os representantes brasileiros, é aprovar a medida. "Concluimos que discutir agora este tipo de questão poderia provocar polêmicas e colocar em risco a questão básica", diz Romão.

Segundo seus cálculos, não seriam necessários mais do que 10% anuais do montante da dívida externa, hoje em torno de US\$ 115 milhões, para resolver a questão da alfabetização. Hoje, o custo educacional de uma criança da zona rural do Nordeste é de US\$ 50 ao ano, contra os US\$ 500 para uma criança da zona urbana de São Paulo. Chegando-se a uma média avantajada, teria-se US\$ 300 por criança. Multiplicando-se a quantia pelos 40 milhões de pessoas analfabetas ou fora da escola em idade escolar tem-se US\$ 12 mil, como contabiliza o professor. "Não é nada absurdo", diz.

Analfabetismo é o mal de 31 milhões

Alfabetizar e Libertar é o nome do documento que a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização preparou, durante cinco meses, para levar à Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, em março. No documento, há um panorama da alfabetização no Brasil e um cronograma de ação para se traçar um programa nacional de combate ao analfabetismo.

Na primeira parte, mostra-se que está no Brasil a maioria dos 45 milhões de analfabetos da América Latina: 31 milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever e, além disso, cerca de nove milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola, candidatando-se a aumentar o total de analfabetos que, hoje, chega a 4% dos 900 milhões em todo o mundo. O documento começa com frases ilegíveis, escritas com letras trocadas, para que o leitor reaja como um analfabeto ao deparar-se com um texto. "Queremos sensibilizar a sociedade para a situação do nosso país", explica o professor José Eustáquio Romão, vice-presidente da comissão.

No mesmo panorama, o Brasil aparece com uma população onde metade das pessoas não está preparada para enfrentar "a complexidade" do sistema produtivo, onde estão catalogadas 35 mil profissões. Além disso, se o percentual de analfabetos brasileiros caiu da década de 70 para a de 80, em números absolutos houve um aumento considerável. Nos anos 70, os 19 milhões de analfabetos contabilizados representavam 30% da população. Hoje, embora o percentual tenha caído para 27%, não se conseguiu acompanhar o acelerado crescimento populacional e o Brasil ficou com 12 milhões a mais de analfabetos.

Alfabetizar e Libertar defende "uma nova concepção de alfabetização", onde se parte do princípio de que qualquer pessoa é capaz de ensinar e aprender. "Queremos acabar com a concepção da escola como um celeiro de analfabetos, já que reprova mais de 50% de quem entra", explica Romão. Para colocar essas idéias em prática, o documento traz um cronograma de ação para se criar um programa de alfabetização pelos próximos dez anos.

Para fevereiro, estão programados debates em todos os 4.445 municípios brasileiros, reunindo representantes de entidades educacionais. Nesses encontros, os municípios atualizarão seus diagnósticos em educação, apontando os principais problemas e farão propostas. Em abril e maio, essas propostas se consolidarão em um único documento por estado para, em julho, chegar-se a uma política nacional de educação básica, num encontro em Brasília de representantes estaduais. "Vamos, finalmente, formular alguma coisa a partir do que é resolvido de baixo para cima", diz o professor Romão.

No documento único que deve resultar desses encontros, Romão explica que não se exigirá um consenso de todas as entidades educacionais brasileiras, mas a consolidação de propostas. "Pode ser que achemos viável ensinar o seringueiro a conhecer a cotação da borracha na Bolsa de Londres, para não ser explorado. Um aprendizado que, para o aluno do Sul, não terá valor", exemplifica o professor. Ele admite que "o Brasil é um cemitério de leis" e acredita que o cumprimento desta política nacional de educação dependerá "de mobilização e organização".

Piauí projeta solução contra analfabetismo

TERESINA — Detentor de um índice recorde de analfabetismo no Brasil (55%), o Piauí desenvolve um projeto que a médio prazo pode acabar com uma das principais causas da evasão escolar. De imediato, o objetivo do Projeto Casa-Escola é resolver os problemas das mães, que costumam sair para o trabalho e deixar sozinhas os filhos menores. Agora, crianças entre 2 e 6 anos de idade recebem uniforme, material didático e merenda sem precisar sair de casa. O projeto começou em junho e já tem inscritas 36 mil crianças em 64 bairros pobres da capital.

O Projeto Casa-Escola funciona da seguinte maneira: as famílias cedem um dos cômodos da casa, que serve então como sala de aula. As mães recebem semanalmente uma cesta de alimentos contendo massas para mingau, refresco e pães, além de mistura para sopas, preparados numa fábrica do governo do Estado. Em cada sala estudam seis alunos que são orientados por uma monitora

preparada no serviço social do Estado, através de treinamentos com pedagogas. As aulas duram apenas duas horas diárias e não existe recreação nem férias semestrais. A recreação é feita aos sábados com todas as crianças da rua. O programa de alfabetização foi elaborado por professores da Universidade Federal do Piauí e monitoras utilizam o método alfabético para as crianças na faixa etária de 6 anos, que corresponde à alfabetização. Para os menores, a metodologia é semelhante à usada nas escolas particulares (as escolas públicas do Estado não ensinam pré-escolar), estimulando o desenvolvimento das crianças. "O tempo de aula, embora menor, é usado integralmente", garante a coordenadora do projeto, Graça Bandeira.

Segundo o coordenador-geral do Projeto Casa-Escola, Paulo Cunha, 50 mil crianças estarão matriculadas até o final do ano. "Queremos levar o projeto ao interior", anuncia. A manutenção do projeto é feita através de recursos do serviço social do Estado. Os gastos mensais são da ordem de NCZ\$ 1 milhão. Cunha ainda não tem resultados sobre o projeto, mas uma avaliação preliminar revela que a frequência e o aproveitamento das crianças são surpreendentes.

Jornal do Brasil/RJ, 19/12/89, 15/10 cad.

Mais pobres e menos analfabetos

ARNALDO NISKIER

Uma das realidades mais tristes do nosso País é a verificação de que se trata mesmo de uma nação de muitos contrastes. Cidades desenvolvidas e com um nível de vida apreciável convivem com outras, totalmente desassistidas, onde a pobreza, a ignorância e a miséria fazem parte do seu cotidiano.

Ao realizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1988, o IBGE pôde concluir uma série de verdades, umas animadoras, outras inquietantes pelos seus números. O índice de analfabetismo, por exemplo, caiu no período 87/88. O total de analfabetos no país chegou a 19,8 milhões, o que representa 18,5 por cento do total da população, estimada em 141,4 milhões de brasileiros. A taxa anterior de analfabetismo em 1987 estava em torno de 19,3 por cento do total da população. O ganho de 0,8 por cento (muito pouco diante do vulto do desafio) pode ser creditado às ações descentralizadas da Fundação Educar no seu papel de atender a jovens e adultos acima dos 15 anos de idade, num trabalho louvável da professora Leila Chaves.

O mesmo documento mostra que o índice de mortalidade infantil se reduziu da média de 87,88 (mortos por mil nas-

cidos vivos) na década de 70 para 63,82 no final dos anos 80. A expectativa de vida do brasileiro passou de 52,67 anos em 1970 para 64,89, ficando a taxa de fecundidade das mulheres reduzida de 4,35 para 3,46 filhos ao final da década. Em suma disso, o IBGE estima que o índice de crescimento populacional de 1990 seja o menor da história do País: entre 1,8 e 1,9 por cento sobre o número de habitantes de 1989, o que seria índice de apreciável significação se ele fosse uniforme. Mas não é, elevando-se às vezes até mesmo no dobro em cidades já inchadas, nas periferias urbanas, onde as condições de vida são da pior espécie, haja vista o fenômeno das favelas (só o Rio de Janeiro tem mais de 500 delas).

As desigualdades nacionais não param aí. A economia brasileira cresceu ao longo da década de 80, mas o desenvolvimento econômico e social foi muito mal distribuído. Cerca de 37 por cento dos trabalhadores (quase 22 milhões de pessoas) ganham até um salário mínimo, concentrando-se a riqueza basicamente na região Sul do País.

Há uma notória concentração da renda. O rendimento real médio do brasileiro caiu 2,7 por cento de 1987 para 1988, o que representa o empobrecimento do nosso povo,

numa política econômica injusta e predatória. Os trabalhadores do Nordeste ganham hoje a metade do que recebem os trabalhadores do Sul, dimensão pronta e acabada dos desníveis com que se erigiu a sociedade brasileira.

Os técnicos do IBGE registraram ainda que, no Nordeste, somente a metade dos domicílios recebe água da rede geral, índice que alcança 85 por cento no Sudeste. Com a migração nordestina, que põe basicamente a população de adultos jovens e de meia idade, os que não sabem ler nem escrever no Nordeste estão em torno de 36,3 por cento. O Sudeste tem a menor taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais (11 por cento), seguido do Sul (11,3 por cento).

Com esses números é possível traçar uma radiografia bem nítida do Brasil e estimar o que ocorrerá com o seu futuro. A presença da educação é cada vez mais forte, apesar dos pesares, pois a ela se pode atribuir a queda no índice demográfico. Há indícios de que o planejamento familiar, que se faz através da educação, esteja atingindo efeitos objetivos. Mas ninguém pode proclamar que estamos diante de números ideais. Ao contrário, ficamos longe disso.

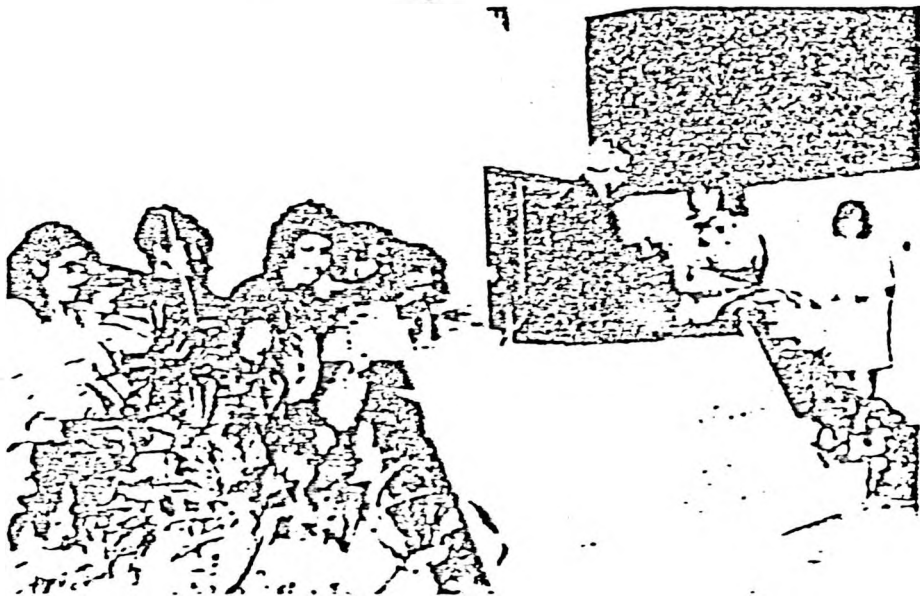
Arnaldo Niskier é jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras

Projeto de Educação de Adultos da USP forma o primeiro grupo

A formatura do primeiro grupo de alunos do Projeto de Educação de Adultos da USP foi realizada quarta-feira (13), no anfiteatro da Escola de Aplicação. O Projeto faz parte de um convênio entre Prefeitura Universitária, Faculdade de Educação, Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas) e a Fundação Educar para a alfabetização e formação de funcionários dessas unidades em nível básico, que corresponde à 4ª série do primário.

Desde 1985 a Prefeitura da USP trabalha com a alfabetização dos funcionários em conjunto com a Faculdade de Educação, mas este ano o convênio se ampliou formando a primeira turma das três unidades com 27 alunos. Durante o ano eles participaram das aulas ministradas por professores da Faculdade de Educação (alunos de pós-graduação).

Paulo César Baldi, coordenador da Prefeitura no convênio



Celso de Rui Beisiegel entrega o diploma a uma das formandas

das entidades, disse que o número de funcionários da unidade sem alfabetização reduziu-se a uma média de 1% e, agora, já existe a exigência por parte dos próprios alunos de implantação de correspondente ao ginásio.

O diretor da Faculdade de Educação, Celso de Rui Beisiegel, disse que o Projeto de Educação de Adultos é uma obrigação da USP, pois existe uma grande dívida social com quem não teve acesso à escola na infância.

O camarim do Teatro Municipal de Santo André se transforma, todos os dias, em sala de aula; a olaria, o hospital e a Câmara também abrigam estudantes, diariamente. Eles fazem parte dos 55 "espaços" municipais onde funcionam nada menos que 63 classes do projeto "Valorização do funcionalismo: chegou a sua vez — educação básica para jovens e adultos funcionários da Prefeitura Municipal de Santo André".

O projeto cria oportunidade de estudo para os servidores que não tiveram concretizado o direito à escolarização básica. Dos 6 mil funcionários da Prefeitura de Santo André no início do ano, entre ativos e inativos, 1.800 não haviam sido alfabetizados ou haviam interrompido os estudos antes de terminar a 4ª série do 1º grau. Aproximadamente oitocentos deles frequentam as aulas hoje, dos 1.050 que se inscreveram no início do ano.

O projeto pretende, até o final do próximo ano, possibilitar-lhes o acesso à formação

que corresponde às quatro primeiras séries do 1º grau. É um investimento que significa "provelto para o funcionário e melhoria na qualidade do serviço público que realiza", segundo Elmir de Almeida, coordenador do projeto.

Operacionalização

As aulas ocupam a primeira hora de trabalho dos alunos, que são operacionais e "executam trabalho extenuante nas oito horas da jornada", conforme Elmir de Almeida. Para ele, programar as aulas para o final do expediente "significaria apostar no fracasso da experiência".

Os professores, por sua vez, em sua grande maioria, foram recrutados no próprio quadro do funcionalismo, entre os funcionários com pelo menos o 2º grau completo: "Não são profissionais que haviam passado por um processo de formação para esse tipo de trabalho", explica Elmir de Almeida. Assim, exercem as mais variadas funções quando não estão dando aula: são, por exemplo, engenheiros, fiscais, arquitetos, secretárias. Alguns assumem docência no seu horário de trabalho; os outros escolheram entre remuneração por hora extra ou ampliação do descanso.

Constituído o grupo, a metodologia foi exposta e ficou acertado que a formação se daria no decorrer do processo. Uma vez por semana há reunião de três horas com todos os professores, "para discutir aspectos políticos, teóricos e metodológicos da prática e a própria prática", afirma o coordenador do projeto. Além destas reuniões, há outras, setoriais. Elmir de Almeida, pedagogo, coordena, acompanha e supervisiona o trabalho, entendendo a supervisão "não como fiscalização e inspeção, mas como suporte e oportunidade para discussão do trabalho", como faz questão de salientar.

Matemática

Na base do trabalho com Matemática está a idéia de que ela "não é um conhecimento acessível apenas a alguns iluminados, e não é um conhecimento pronto, mas em construção. Para dominá-lo é preciso que os sujeitos aprendam seus conceitos fundamentais. A partir daí, há possibilidade de dominar melhor técnicas operatórias", como explica Elmir de Almeida.

O trabalho com Matemática parte do conhecimento empírico do aluno no assunto e utiliza material concreto. Começou com o conceito de quantidade, como adiantou Evelise Suely Gonzalez, professora em uma

Depois, passou aos conceitos de unidade, dezena e centena — usando, para isto, um material de isopor que ela mesma confeccionou — e, então, para o valor posicional dos números. Pode-se, então, trabalhar mais com problemas.

Dificuldades

A maior dificuldade encontrada para implantar o trabalho foi a resistência de algumas chefias e encarregados em liberar os funcionários para as aulas, conta Elmir de Almeida. Seu argumento era de que isto significaria prejuízo aos municipais.

Essas chefias foram reunidas e esclarecidas sobre o projeto que, além de significar a possibilidade de contar com um serviço de qualidade diferenciada prestado à população, teria seu êxito ligado à continuidade, do ponto de vista pedagógico: era preciso que se realizasse no dia-a-dia. E dentro da jornada de trabalho.

A resistência diminuiu. Os alunos, hoje, "quando se vêem ameaçados na possibilidade de estar concretizando esse direito, mobilizam-se para continuar o projeto", afirma Elmir. O equipamento necessário às aulas foi outra dificuldade: como a Secretaria de Educação estivesse precariamente aparelhada para desenvolver o trabalho, o setor de obras construiu mesas, bancos, lousas, apagadores e até mesmo salas de aula foram criadas. As classes que funcionam no refeitório da garagem municipal são "criadas" a cada dia: o refeitório comporta várias turmas, que diariamente montam e desmontam divisórias para organizar o espaço.

Resultados

O coordenador do projeto avalia que "muitos servidores, hoje, fazem uma leitura diferenciada de sua função de funcionário público". O fato de irem à sala e desejarem mantê-las, segundo ele, também é fruto do trabalho.

O acesso à leitura e à escrita, por sua vez, já apresenta bons resultados. Além disso, os professores realizam atualmente trabalho "de mais alta qualidade". "São extremamente competentes e comprometidos", assegura Elmir.

A criação de um projeto de educação de jovens e adultos para o município é estudada. Funcionaria em vários pontos da cidade, sobretudo nos de população de baixa renda, onde há maior concentração de pessoas que não concluíram a escolaridade básica. Pretende-se ocupar os espaços possíveis, como centros comunitários e prédios públicos da Secretaria de Educação, desde que adequados à

Educação leva à descoberta da cidadania

"Mas professora, eu posso trazer meu filho? E não paga nada?"

Era a primeira vez que aquele funcionário da Prefeitura Municipal de Santo André entrava na brinquedoteca municipal. Ele não sabia de sua existência, muito menos que tinha direito de usá-la. Não seria de estranhar se, tivesse trabalhado em sua construção, como seu colega, que, por ocasião da visita ao Teatro Municipal, comentara: "Eu ajudei a construir e nunca tinha entrado!"

"Dá para sentir que o nosso aluno acha que o mundo está fechado para ele", diz Evelise Suely Gonzalez, secretária na Câmara e professora na garagem municipal de Santo André. "A vinda ao teatro e à biblioteca quebram essa barreira: ele vê que é um cidadão, como os outros."

Essa não é a única barreira que está sendo quebrada com os alunos em Santo André. Antes os alunos diziam: "Não consigo, sou burro", achando que eram os responsáveis por terem dificuldades para aprender, como conta Maria de Lourdes Souza, funcionária pública e professora no projeto. Hoje já é diferente: "Fizemos um trabalho em cima disso e agora estão vendo com outros olhos", diz ela. Na sala de aula, também, os alunos se posicionam mais agora do que antes, talvez consequência do fato de não mais se acharem o último dos indivíduos.

A mudança de postura é até física. "Hoje eles têm orgulho de andar nos pés com os livros. Mbalxo do braço", diz Evelise Gonzalez. O comportamento dos colegas também mudou. No início, os alunos do projeto eram ridicularizados por outros. "Isso deixa a gente emocionada", conta Evelise. "A gente vê o resultado do trabalho."

Diferente

O respeito se estendeu de forma ampla e conseguiu vencer até o bolcote que houve no início do trabalho, quando, pela manhã, alunos e professores chegaram a encontrar cartazes rasgados e pedras no chão, nas salas da garagem.

Os alunos, por sua vez, esperam continuidade do projeto. "A gente está estudando, mas é a mesma coisa que estar trabalhando. Muitos aqui não sabem nem ler, nem escrever, nem nada", conta João Batista Felino, aluno de uma turma na garagem. "Esse estudo tem que continuar", diz ele.

Eles sabem, hoje, que as chefias não podem impedir que estudem, e querem mesmo estudar. Os alunos chegaram a fazer um abaixo-assinado pedindo que aumentasse o tempo de aula.

Ajudante de cozinha na garagem, o aluno Moacir Magalhães de Lima conta que "as pessoas estão se sentindo mais felizes. Já saber alguma coisa, tomar ônibus, por exemplo". E acrescenta: "Eu acho que cada um de nós, se fizer um levantamento de nossa vida, vai achar alguma coisa diferente."

As mudanças, entretanto, não ocorreram apenas na vida dos alunos. "Esse trabalho, pra começar, me deu oportunidade de conhecer a garagem, ampliar o relacionamento, conhecer um outro mundo", diz Evelise Gonzalez. Ela acrescenta que, além disso, "o trabalho em si é muito gratificante" — particularmente para ela que, tendo feito Magistério, não tinha tido oportunidade de o exercer. "Pra mim, mudou bastante", afirma. "Os outros colegas respeitaram o trabalho da gente e dão apoio."

Grupos lutam para alfabetizar adultos

Na região metropolitana de São Paulo há pelo menos 1 milhão de analfabetos, com idade superior a dez anos, um problema que vem preocupando os governos municipais mais voltados para os interesses populares. Em Santo André, um projeto que é considerado exemplo na alfabetização e consciência de cidadania.

Andrea Paes Alberico

A última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios revelou que, no ano passado, 18,5% da população brasileira com dez anos ou mais não era alfabetizada, correspondendo a 19.848.808 brasileiros. Destes, 27,6% residiam na região Sudeste. Do total de analfabetos com dez anos ou mais da região Sudeste, 17,6% residiam na região metropolitana de São Paulo. O IBGE considerou não-alfabetizadas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem.

Os dados estatísticos, entretanto, mudam em função do conceito de analfabetismo com o qual se trabalha. No final do ano passado, a Fundação Educar/SP estimava em 14 milhões o número de analfabetos só no Estado de São Paulo, com base nas amostragens de classes que abriu no Estado.

Iniciativas

"Vejo no analfabeto uma pessoa que tem uma grande vontade de se libertar disso que foi imposto a ela", diz Francisco de Assis Ferreira, da coordenação do Movimento de Alfabetização da Zona Leste e da executiva do Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo.

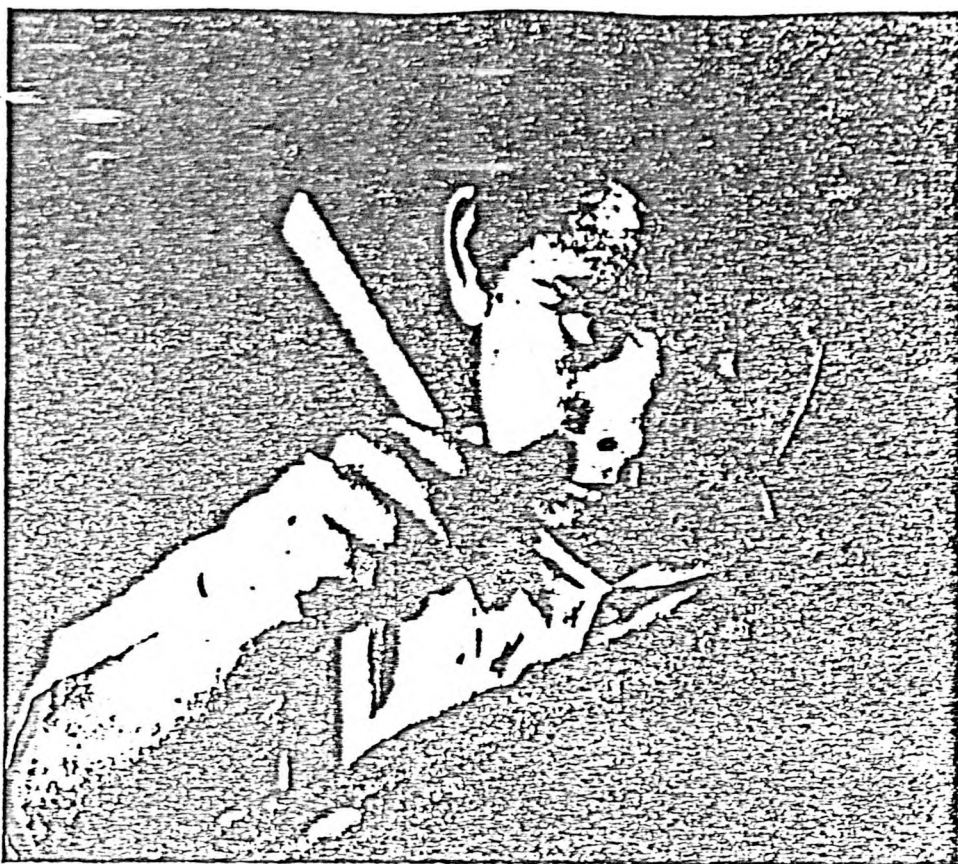
O Movimento é, provavelmente, a iniciativa popular de maior expressividade na área da alfabetização em São Paulo hoje, com seus 48 núcleos espalhados pela zona Leste da cidade, em bairros como Itaquera, Guaiunaporã, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa.

O Fórum, por sua vez, é uma articulação de movimentos e grupos populares de toda a cidade que trabalham com alfabetização de adultos. É através dele que se dá a ação conjunta da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e dos movimentos populares de alfabetização e pós-alfabetização da cidade, no projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo.

Os inúmeros grupos de alfabetização de adultos espalhados pelo Brasil, ligados a entidades filantrópicas, movimentos populares, comunidades de base, organizações não-governamentais e à iniciativa privada (em menor escala) representam o quadro das iniciativas mais significativas que são tomadas no País no campo da alfabetização e pós-alfabetização de adultos.

Trabalhos de algumas prefeituras ajudam a compor este quadro hoje, como em Santo André. No Estado de São Paulo, ainda, é o caso das prefeituras municipais de São Paulo, São Bernardo do Campo, Americana, Campinas, Bauru, Cosmópolis, Santos — para citar alguns exemplos. A prefeitura municipal de São José dos Campos tem um programa desde 1986, com 1.300 alunos matriculados hoje. Destes, pelo menos mil pretendem continuar os estudos, segundo o aluno Croni Batista. É para isto que se mobilizam agora, já que encontram resistências para ingressar na 5ª série.

Já um grupo em São Paulo, o Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização, que vem estimulando encontros e trabalha na organização do Congresso Brasileiro de Alfabetização, previsto para abril de 1990.



As leis prevêm, mas um bilhão de pessoas não tem acesso à educação no mundo, denuncia a Unesco neste ano.

1990 é ano de alfabetização

Apesar de ser a oitava potência econômica do mundo, o Brasil ostenta o nada invejável índice de 60 milhões de pessoas semi ou totalmente analfabetas. Mas não é o único país nestas condições. Por isso a Unesco estabeleceu 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização, cuja programação inclui uma campanha mundial de esclarecimento sobre o bilhão de analfabetos do mundo.

Página 8

O São Paulo/SP, 04/01/90, p.

"Oitava potência" lidera em analfabetismo de adultos

Apesar de ser a oitava potência econômica do mundo, o Brasil desponta como o país latino-americano com maior número absoluto de analfabetos adultos. Entre 22 países da América Latina e Caribe, os índices brasileiros de analfabetismo só são inferiores aos do Haiti, Guatemala, Bolívia, Honduras e República Dominicana. O censo demográfico do IBGE mostra que dos quase 60 milhões de brasileiros sem acesso à escola, 20 milhões são totalmente analfabetos ou frequentaram a escola por apenas um ano, 15,5 milhões não cursaram os quatro primeiros anos e apenas 23,3 milhões possuem de quatro a oito anos de estudo.

Mas quais as razões para o não acesso à escola? A principal é a pobreza absoluta, que despeja as crianças precocemente no mercado de trabalho.

Para os que conseguem ingressar nas salas de aula, resta a deficiência alimentar que inibe o aprendizado, e a falta de dinheiro, que não permite a compra de material didático e escolar.

Uma outra crítica ao sistema educacional brasileiro parte do professor Luis Barco, da USP, que acredita ser escola completamente incompetente para formar um espírito crítico. E que a classe dominante não tem interesse em mudar isso. Nem mesmo os professores. Afinal, uma escola libertadora preparará os homens para que questionem o sistema político, a vida e a própria aula. Barco observa que os regimes militares deixaram a escola mais ditadora, mas não foram responsáveis por essa situação, pois desde a implantação da instituição no Brasil constituiu-se em um objeto de dominação para a alienação do ser humano.

O São Paulo/SP, 04/01/90, p.8

1990: Ano Internacional da Alfabetização

Quase um bilhão de pessoas em todo mundo são analfabetos e, por esse motivo, a Unesco declarou 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização, iniciando os esforços mundiais para universalizar o ensino básico e erradicar o analfabetismo no planeta até o final do milênio.

A Unesco é o organismo das Nações Unidas que cuida da Educação, Ciência e Cultura, fundado em 1946 e com 158 Estados membros. Para articular as atividades nos diversos países e continentes nesse Ano Internacional da Alfabetização, foi constituído um Grupo de Traba-

lho Internacional sobre Alfabetização. Esse grupo foi fundado em outubro de 1987 e coordena os esforços de 100.000 organizações não governamentais para assegurar o êxito do Ano Internacional da Alfabetização, e que está sendo financiado por agências de desenvolvimento internacional no Canadá, Finlândia, Alemanha, Noruega e Suécia.

O Grupo de Ação Internacional prevê um ano que:

- marque o início de um esforço intensivo de 10 anos de duração para reduzir dramaticamente o analfabetismo no

mundo:

- mobilize os recursos desde as bases e portas de fábricas até as instituições governamentais e educativas;

- reconheça que o analfabetismo é um problema tanto dos países industrializados como dos não-industrializados;

- não confunda uma campanha contra o analfabetismo com uma campanha contra a gente analfabeta;

- vincule a alfabetização com as conquistas da democracia social, econômica e política;

- gere primordialmente estruturas fortalecidas para promover e destacar a alfabetização e educação de adultos tanto a níveis governamentais como não governamentais.

- fortaleça as organizações de mulheres, dos pobres, de gente sem trabalho e que não possui terras;

- gere uma maior habilitação do povo e não sua dependência;

Estamos entrando na década da alfabetização. Será?

Pelo menos é o que pretende a Unesco, que contabiliza, hoje, um bilhão de analfabetos no Mundo. De acordo com o projeto, 1.990 é o Ano Internacional da Alfabetização. Reportagem de Mariluzza Costa.

O Ano Internacional da Alfabetização começou no dia primeiro de janeiro, no Brasil, sem nenhuma comemoração ou ação especial. O projeto, lançado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 1985, prevê o envolvimento de cem mil organizações não governamentais do mundo inteiro em um único objetivo: alfabetizar os cerca de um bilhão de analfabetos existentes. A tarefa tem o prazo de dez anos para ser concluída, o que, se der certo, vai fazer dos anos 90 a década da alfabetização.

Dos analfabetos do mundo inteiro, 900 milhões são adultos e 100 milhões são crianças em idade escolar que não conseguiram completar quatro anos de estudo, tempo mínimo para se aprender a usar a leitura e a escrita. Essas crianças fazem parte do grupo chamado "analfabetos funcionais". Embora saibam escrever o nome e ler alguma coisa, elas não conseguem usar seus conhecimentos no dia-a-dia.

O analfabetismo atinge 27,7% da população adulta mundial. Segundo a Unesco, 93% dessas pessoas vivem nos países em desenvolvimento, em especial os países africanos que têm 54% de suas populações analfabetas. A Somália é líder, com 94%.

Os países asiáticos vêm em segundo lugar, com 36% de analfabetos, seguidos dos latino-americanos, com 17%. A América Latina tem mais de 44 milhões de analfabetos — cerca de 30 milhões no Brasil. Mas os números variam. Dados do MEC (Ministério da Educação e Cultura), por sua vez, mostram que 20 milhões de brasileiros com mais de cinco anos de idade são analfabetos completos e outros 30 milhões não entendem o que lêem.

Já o IBGE diz que 25% dos brasileiros são analfabetos e quase a metade deles vive na Região Nordeste (45%). Para os próximos anos, as perspectivas não são animadoras: 52% das crianças matriculadas na escola não chegam sequer à segunda série e apenas 18% conseguem completar o primeiro grau. Assim, o Brasil começa a última década do século XX com um terço da população entre 7 e 14 anos fora da escola.

"É mesmo um sinal de fim de século", diz Paulo Freire, o primeiro educador brasileiro a relacionar a alfabetização com a mobilização popular, em 1963, quando coordenou o Plano Nacional de Alfabetização do MEC. Freire faz parte da comissão da Unesco para o Ano Internacional e foi presidente da comissão brasileira até há poucos dias. Ele pediu exoneração, após a eleição do presidente Fernando Collor de

Mello. "A erradicação do analfabetismo é uma questão de vontade política, coisa que eu não vejo no novo governo", justifica Freire.

Prioridade e pobreza

Nos últimos anos, os índices do analfabetismo assustaram os educadores brasileiros. O crescimento entre 1986 e 1987 foi de 3,34%, um fato inédito desde o fim do Império. Outro dado desolador: entre 1940 e 1980, o número de analfabetos com mais de cinco anos de idade subiu de 21,2 para 32,7 milhões. Nesse mesmo período, a economia brasileira teve um crescimento médio de 7% ao ano, passando do 49º para o 8º lugar no mundo capitalista.

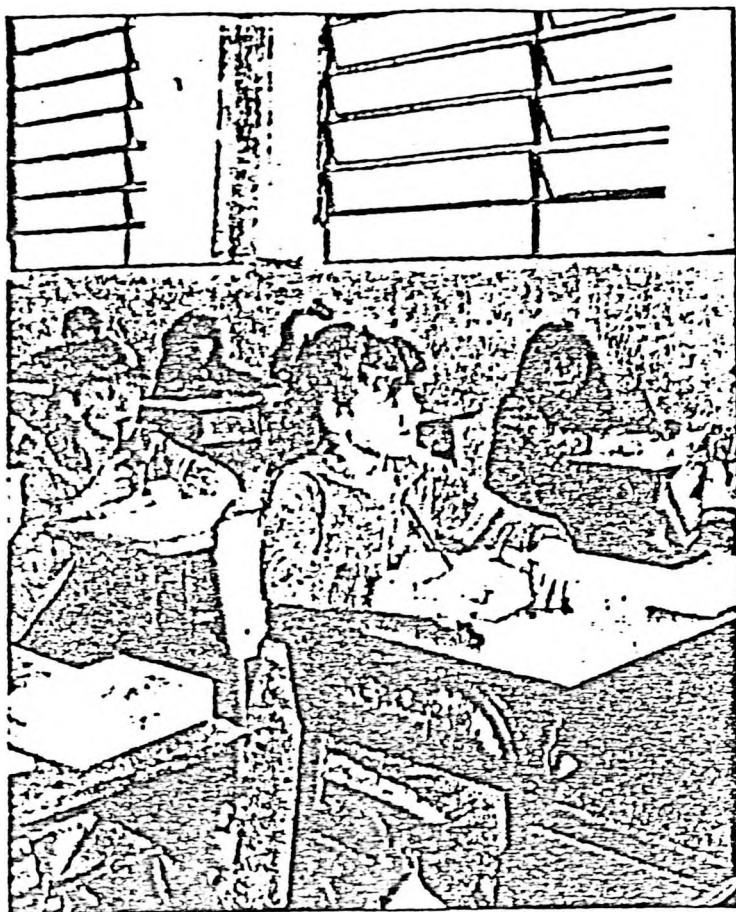
"A alfabetização é, de agora em diante, a nossa prioridade absoluta, porque faz parte da busca do desenvolvimento e da

luta contra a pobreza", anunciou o diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, ao lançar o Ano Internacional da Alfabetização. O desenvolvimento através da educação é uma ideia que o educador Sérgio Maddad, secretário-geral adjunto do Centro Econômico de Documentação e Informação, defende em artigos publicados pela imprensa. Maddad afirma que, quanto maior a pobreza, maior o analfabetismo. "Não é à toa que os índices do analfabetismo cresceram no Brasil, nesta década em que o crescimento econômico foi zero", diz o educador.

Os dados da Unesco, porém, mostram que também há vítimas do analfabetismo nos países ricos, ainda que em escala bem menor. Na Alemanha Ocidental, onde o ensino é obrigatório há 64 anos, há cerca

de um milhão de analfabetos — 1,6% da população —, dos quais 98% são os "analfabetos funcionais", que não sabem usar os conhecimentos precários que possuem. Na França, 19% da população adulta é considerada analfabeta. Nos Estados Unidos, são cerca de 20 milhões de analfabetos. Aproximadamente 13% das pessoas com mais de 10 anos de idade são de analfabetos funcionais.

Até a União Soviética onde oficialmente não existem analfabetos admite ser analfabetos: "O nosso país eliminou o analfabetismo há 40 anos... mas graças a perestroika, constatamos que existem analfabetos em várias regiões soviéticas", afirma o professor A. Anissenko, integrante do Conselho de Rádio e Televisão Soviéticos.



Em São Paulo, 14 milhões não sabem ler.

O Estado de São Paulo entra no Ano Internacional da Alfabetização com cerca de 14 milhões de analfabetos, segundo a Fundação Educ. Esse número representa um terço dos analfabetos do País. Na Grande São Paulo estão 3,5 milhões de analfabetos. Desses, cerca de um milhão são analfabetos absolutos.

Dois programas — um estadual e outro municipal — pretendem dar a arrancada, neste ano, para reverter esta situação. A Secretaria Estadual de Educação está desenvolvendo o programa de municipalização de ensino — uma ação conjunta com as prefeituras — que visa à alfabetização nas zonas urbana e rural. "A nossa preocupação vai além, incluindo a qualidade de ensino, que está muito baixa. Vamos ter maior qualidade a partir dos programas de aperfeiçoamento dos professores que estamos desenvolvendo com a USP, Unicamp e Unesp", afirmava Wagner Rossi, antes de ser substituído na pasta da Educação, por José Goldenberg.

O "Mova São Paulo" — programa de alfabetização de jovens e adultos, lançado o ano passado pela Prefeitura da capital — tem como objetivo alfabetizar, este ano, 60 mil pessoas. Para isso, serão montados, junto às entidades representativas da sociedade, dois mil núcleos de alfabetização. "O Mova não é um programa fechado. O aumento do número de pessoas alfabetizadas vai depender da multiplicação dos núcleos, com a participação de mais entidades e órgãos representativos da sociedade", afirma o assessor técnico da Secretaria Municipal, Pedro Pontual.

A Secretaria solicitou à Prefeitura R\$ 25 milhões para investir no Mova este ano. A verba será utilizada para a remuneração dos monitores, compra de material didático e manutenção dos locais, cedidos pelas entidades. Neste mês, será formada a primeira turma de monitores — 320 voluntários — que, em fevereiro, começará a dar as primeiras aulas.



"Eu me sinto como uma cega"

Maria, analfabeta, sofrida.

Tomar um, dois, três ônibus errados no mesmo dia e à meia-noite ainda se encontrar longe de casa é apenas um dos problemas enfrentados por Maria do Socorro Pereira, 39 anos, por não saber ler. Os outros vão desde lidar com dinheiro, ir ao supermercado e à farmácia, até o constrangimento e o sentimento de discriminação. Mas, sobretudo, o que mais a humilha é a sensação de dependência, por precisar da ajuda de outras pessoas até para preencher as fichas nas empresas onde procura trabalho.

— Eu me sinto como uma cega, porque não sei ler. Tenho chorado muito, porque não consigo nem escrever uma carta para os meus parentes que moram no Recife. O mundo pra mim só existe se as outras pessoas me contarem.

Maria do Socorro nasceu no município paraibano de Campina Grande, em uma região — o Nordeste — onde vivem 45% dos analfabetos do País. Filha única, nunca frequentou a escola quando criança, "por causa da ignorância dos pais". — Pra que estudar? — perguntavam eles. Hoje, Socorro tem a resposta: "É preciso estudar para não ter uma vida tão difícil como a que eu levo". Uma vida, certamente, muito diferente da que reservou à filha, Kely Cristina, de 13 anos. "Ela estuda, sim, graças a Deus, e só repetiu um ano até agora", conta Socorro, orgulhosa.

Tem 20 anos, Maria do Socorro veio morar em São Paulo, em busca de trabalho e de uma vida melhor. Aqui, aprendeu a escrever o nome em uma escola da Igreja Adventista. Mas as aulas eram à noite e ela dormia, cansada do trabalho de faxineira que tinha de dia. "Isso foi há 15 anos. Hoje eu me arrependo de não ter continuado para aprender mais", diz ela. "Se tivesse uma escola perto de onde moro, no Jaconá (Zona Norte da capital), eu voltaria a estudar", sonha.

6 - RAAAB - REDE DE APOIO Á AÇÃO ALFABETIZADORA DO BRASIL